

## DISCURSOS DE (IN)VISIBILIDADE LGBTQIAPN+ EM AULAS DE BIOLOGIA: REVISÃO DE LITERATURA

Samuel Braga da Silva<sup>1</sup>  
Leila André de Jesus<sup>2</sup>  
Cauê Jucá Ferreira Marques<sup>3</sup>

### INTRODUÇÃO

Em uma sociedade em que discursos sobre diversidade sexual e questões LGBTQIAPN+<sup>4</sup> se mostram conflitantes devido aos constantes ataques à comunidade e aos crescentes números de atentados contra ela, acende-se um alerta para a necessidade da construção de uma sociedade igualitária para todes. Esse processo inicia-se com a formação de jovens não apenas no âmbito da capacitação para o mercado de trabalho, mas na formação de cidadãos preparados para lidar com as diferenças no mundo de forma resiliente e respeitosa.

Discutir esses assuntos se torna motivo de intensos debates na sociedade, pois a vida de pessoas LGBTQIAPN+ é desafiante desde a juventude, quando são enfrentadas as fases de autodescoberta e autoaceitação: a luta para ser aceito pela família, amigos e conhecidos, o preconceito e a exclusão que acompanham cada etapa do desenvolvimento. Além disso, há notória dificuldade de acessar o mercado de trabalho, o que nos leva a refletir sobre o papel das instituições de ensino enquanto espaços de formação acadêmica e social, em busca de uma sociedade igualitária. Enquanto profissionais do ensino, os professores atuam não só na formação acadêmica, mas na formação pessoal e humana de cada aluno, com suas complexidades, traumas, vivências e maneiras de enfrentar o mundo e suas mudanças.

Nesse contexto, a conscientização sobre o tema aqui debatido pode auxiliar na formação de jovens preparados para atuar com as diferenças, tornando o convívio em sociedade mais justo e democrático para todes.

Uma iniciativa pioneira do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SINTUFRJ), em 2014, buscou criar um grupo para discutir questões

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE *campus* Acopiara, [samuel.braga.silva07@aluno.ifce.edu.br](mailto:samuel.braga.silva07@aluno.ifce.edu.br);

<sup>2</sup> Graduando do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE *campus* Acopiara, [leila.andre.jesus08@aluno.ifce.edu.br](mailto:leila.andre.jesus08@aluno.ifce.edu.br);

<sup>3</sup> Professor de Libras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE *campus* Acopiara. [caue.juca@ifce.edu.br](mailto:caue.juca@ifce.edu.br)

<sup>4</sup> L: Lésbicas; G: Gays; B: Bissexuais; T: Transsexuais; Q: Queers; I: Interssexuais; A: Assexuais; P: Panssexuais; N: Não-Binário; +: a pluralidade de orientação sexual e identidade de gênero (LIMA JUNIOR, 2020).

LGBT na entidade. As discussões sobre direitos trabalhistas e críticas à heteronormatividade começaram a ganhar espaço para discussão durante a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (SANTOS, 2019; OLIVEIRA, 2020). Sendo o sindicato um espaço de grande importância para a comunidade LGBTQIAPN+, a iniciativa se destaca por inspirar outras entidades nacionais a abranger as lutas de grupos minorizados, tanto no mercado de trabalho como nas instituições federais de ensino, que formam, anualmente, inúmeros professores.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo apresentar resultados de uma revisão de literatura sobre a importância de tratar a diversidade em aulas de biologia, buscando ir além do padrão social cis-heteronormativo.

## METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura na qual foram analisados 6 (seis) trabalhos sobre a diversidade sexual e de gênero, datados dos anos de 2015 a 2023, a saber: Abreu (2021), Santos e Pagan (2023), Jesus e Jesus (2020), Oliveira (2020), Júnior (2020), Santos (2019). A quase totalidade dos trabalhos utilizou formulários e entrevistas com professores da área de Ciências da Natureza, buscando identificar suas compreensões sobre o tema e de que forma tratavam ou poderiam tratar a temática em suas aulas.

**Quadro 1 - Trabalhos analisados**

TÍTULO	AUTOR	ANO	TIPO
Ser ou não ser, afinal o que se é? Um estudo sobre biologia essencialista e heteronormatividade no ensino de ciências no viés da LGBTfobia institucionalizada	Thiago Ferreira Abreu	2021	Dissertação
Relações entre concepções de biodiversidade e singularidade de estudantes e profissionais da biologia	Isabela Mayara dos Santos; Alice Alexandre Pagan	2023	Artigo
“A luta continua, companheiros... mas não para todos”: o esvaziamento das pautas LGBT no Sindicato de Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro	Diego Santos Vieira de Jesus; Henrique de Oliveira Santos Vieira de Jesus	2020	Artigo
A historicidade do movimento LGBTGIA+: Os direitos sexuais e a discussão sobre cidadania	Wanderley Gomes de Oliveira	2020	Artigo
O núcleo de gênero e diversidade e a população LGBTQIA+: Rupturas, avanço e tensões no cotidiano de um instituto federal de educação, ciências e tecnologias	Ivanildo Alves de Lima Júnior	2020	Dissertação
O “cis” na pesquisa nas pesquisas sobre educação	Jefferson Reis Santos	2019	Artigo

Fonte: autores.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em nosso desenvolvimento humano, somos impactados diariamente com conceitos e novas maneiras de ver a vida, levando-nos à adaptação constante ao convívio com as diferentes concepções de mundo. Esta revisão de literatura traz a visão institucional sobre a fobia que grupos de pessoas LGBTQIAPN+ sofrem em sua formação, com ênfase no ensino de biologia e ciências. Para Lima-Júnior (2020), esta fobia parece normalizada em uma sociedade que é baseada em estereótipos heteronormativos, do homem branco e cristão que vem desde da infância confrontando a existência desses grupos.

Deste modo, Oliveira (2020) afirma que o direito à diferença cultural e individual deve ser respeitado perante a Lei e que pessoas com relacionamentos homoafetivos estão em diversos espaços sociais, classes e possuem estilo de vida diverso. Em contrapartida, o autor destaca que, devido ao preconceito e à discriminação sofridas por elas, parte dessa comunidade encontra-se em situação de vulnerabilidade social, econômica e jurídica.

No que tange à Educação, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) propõem que a sexualidade deve ser tratada como algo fundamental, por seu papel histórico e cultural na evolução humana, devendo fazer-se presente nas instituições de ensino de forma pedagógica transmitindo informações e problematizando questões relacionadas à sexualidade, tais como posturas, crenças, tabus e valores (BRASIL, 1988).

Por outro lado, no paradigma da heteronormatividade compulsória, qualquer mudança é atacada. Esses ataques iniciam geralmente nos espaços escolares, como destaca Oliveira (2020), ao citar a quebra de vínculos familiares, a exclusão social e a discriminação. Segundo o autor, quando se analisa o contexto escolar, muitas vezes, isso se reflete em evasão e dificuldade de acessar o mercado de trabalho, mostrando a necessidade de políticas públicas para combater a homofobia e a transfobia.

Em uma pesquisa realizada na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) identificou-se a baixa porcentagem de inclusão do tema dentre os participantes e o não conhecimento de núcleos sindicais da própria instituição que tratam sobre questões da comunidade LGBTQIAPN+. Ainda, alguns participantes heterossexuais da pesquisa utilizaram de termos pejorativos como “viado”, “boiola” ou “queima-rosca” para se referir a membros gays da comunidade. Essa pejoratividade se refletiu, também, no imaginário dos participantes sobre homens gays, considerados por eles como pessoas desprovidas de coragem e determinação (JESUS; JESUS, 2020,p.16).

Oliveira (2020) afirma que, de acordo com a Secretaria da Justiça e da Cidadania da Organização das Nações Unidas (ONU), é direito de todo e qualquer ser humano a liberdade e

dignidade independente de cor, raça, orientação sexual ou origem, destacando que lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais são cidadãos e têm os mesmos direitos e deveres sociais, assim como ao respeito e tratamento igualitário nos espaços de ensino, onde o tema deveria ser abordado e tratado com naturalidade.

Ainda no âmbito da legislação, o Supremo Tribunal Federal (STF) afirma que a escola é um local essencial para formação do indivíduo e de grande importância para a formação cultural e igualitária independente de questões sexuais ou religiosas, o que anula o impedimento de debates sobre gênero e diversidade nas escolas brasileiras (LIMA-JÚNIOR, 2020). Assim, a (in)visibilidade gerada dentro das escolas e universidades se dá sobretudo pelo fato da presente cultura social heteronormativa promover o boicote às discussões sobre o tema

Para Santos e Pagan (2023), é necessário a associação, nas aulas de biologia, de discussões sobre respeito às subjetividades humanas e diversidade da vida em caráter interdisciplinar. Os autores destacam que a formação de professores deve propor um olhar integrador e afetivo, que se mostre relevante às diversidades biológicas. Em suas pesquisas sobre concepções de biodiversidade e singularidade de licenciados e profissionais de biologia, os autores concluem a respeito da necessidade da empatia e de como o ensino de biologia pode ajudar na diminuição do preconceito racial e de gênero.

Em contrapartida, Abreu (2021) identificou, em suas análises, resultados negativos voltados ao questionamento sobre a abordagem de temas sobre diversidade sexual com seus entrevistados, tendo 97% de respostas negativas sobre a abordagem do tema, alertando que, por mais que exista espaço para a temática, os docentes atuam de forma a ocultar a diversidade nas aulas. O autor, ainda, mostra que a maioria dos casos de lgbtphobia acontece de forma natural no dia a dia de estudantes desde o ensino básico até o ensino superior. Um dos relatos coletados por ele demonstra discriminação oriunda de colegas e de gestores das instituições onde sua pesquisa foi aplicada:

Eu pretendia fazer mestrado em Gênero e Diversidades na Educação na Universidade Federal de Lavras (UFLA) [...] aí eu fui vítima de transfobia durante o processo seletivo, tendo meu nome civil exposto durante quase um mês na lista de inscritos. Estava XXXX (Nome Social: YYYY) [...]. Nesse período em que lutava pelo meu direito de não ser exposto, fui tratado no feminino por um pró-reitor, e tratado com transfobia pelos professores que orientam o mestrado na linha pretendida. Eu queria fazer mestrado pra enfrentar a LGBTphobia na Educação, mas a LGBTphobia na Educação evitou que eu fizesse o mestrado. (ABREU, 2021, p.36).

Além disso, jovens do ensino básico relataram sofrer lgbtphobia, que, na maioria das vezes, foi ignorada pelas gestões institucionais e findaram sem a devida punição, o que leva à constatação de uma lgbtphobia institucionalizada nos espaços educacionais, decorrente, dentre



outros fatores, de lacunas e dificuldades na formação inicial de professores e professoras de ciências e biologia quanto à temática de diversidade sexual e de gênero (ABREU, 2021).

A LGBTfobia institucionalizada existe e não está alicerçada no sistema, mas é praticada e referendada pelas pessoas que fazem parte do contexto educacional. Existem culpados, que durante muito tempo se mantiveram enrustidos na sombra do sistema e nunca assumiram as devidas responsabilidades (ABREU, 2021, p. 36).

O autor recorre a Gadpaille (1980 *apud* ABREU, 2021) para destacar que pessoas LGBTfóbicas utilizam de argumentos pautados nas ciências biológicas e em crenças religiosas, que se tornam inválidos com a presença de comportamento homossexual em diversas espécies já estudadas.

Em uma pesquisa realizada pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em Sorocaba-SP, foi identificado que 32% dos participantes afirmam ter sofrido discriminação em contextos escolares ou universitários. Assim como estudos realizados pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbica, Gays, Bissexuais, Travestis, e Transexuais (ABGLT) revelam a insegurança e timidez dentro das instituições de ensino perante o medo do preconceito, que poderia ser amenizado se o tema fosse tratado abertamente dentro das instituições de ensino superior, principalmente na área de ciências biológicas, visto que a diversidade sexual é algo comum na natureza, sendo o ser humano o único a causar conflito devido a algo tão comum e natural na existência. (LIMA-JÚNIOR, 2020).

No contexto acadêmico existe uma predominância da heteronormatividade, como aponta Santos (2019), ao defender a introdução, no meio acadêmico, da discussão sobre a pauta, desde que comprometida com a política-epistemológica e a emancipação social e de descolonização da comunidade LGBTQIAPN+.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A promoção da igualdade nos espaços escolares é essencial para que eles não se tornem locais de preconceito em relação à orientação sexual e identidade de gênero, a partir do conhecimento sobre a temática, já assegurado pela legislação e pelos Parâmetros Curriculares Nacionais. Porém, ao se deparar com o cotidiano escolar, encontra-se um ambiente adverso à pauta. É notória a necessidade da implantação de temas que abrangem a sexualidade de um modo geral e não apenas as questões heteronormativas.

Buscar compreender as lutas e conquistas de cada grupo social se torna necessário para o bom funcionamento e desenvolvimento social. Nesse sentido, as instituições de ensino desempenham (ou devem desempenhar) um papel indispensável na formação cidadã. Ressaltando a importância de se discutir sobre o tema no âmbito escolar, como uma forma de

conscientização sobre o assunto, vislumbra-se que a atuação do professor pode ser geradora de conhecimento sobre gênero, aliando-se à construção de um futuro mais respeitoso. Vemos que falar sobre sexualidade é bastante conflitante no âmbito escolar, pois ele se baseia na cis-heteronormatividade sistêmica e compulsória.

Mesmo tendo fatores da ciência que enfatizem que a diversidade sexual e de gênero é comum na natureza, há de se ter como ponto de discussão na formação docente, fato ainda distante, ao que constatam os estudos analisados.

**Palavras-chave:** LGBTQIAPN+; Biologia; Educação; Cis-heteronormatividade.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, T. F. **Ser ou não ser, afinal o que se é? um estudo sobre biologia essencialista e heteronormatividade no ensino de ciências no viés da LGBTfobia institucionalizada.** 2021. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/233687>>. Acesso em: 3 jun. 2023.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.
- JESUS, D. S. V. de; JESUS, H. de O. S. V. de. "A luta continua, companheiros... mas não para todos": o esvaziamento das pautas LGBT no Sindicato de Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 5–23, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/32476>>. Acesso em: 2 set. 2023.
- LIMA-JÚNIOR, I. A. de. **O núcleo de gênero e diversidade e a população LGBTQIA+: rupturas, avanços e tensões no cotidiano de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.** IFCE Campus Olinda, PROFEPT. Olinda, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/handle/123456789/262>>. Acesso em: 3 jun. 2023.
- OLIVEIRA, W. G. de. A historicidade do movimento lgbtqia+: os direitos sexuais e a discussão sobre cidadania. 2020. **CONEDU VII Congresso Nacional de educação.** Disponível em: <[https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO\\_EV140\\_MD1\\_SA11\\_ID4593\\_07082020173849.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA11_ID4593_07082020173849.pdf)>. Acesso em: 3 jun. 2023.
- SANTOS, I. M. dos; PAGAN, A. A. Relações entre concepções de biodiversidade e singularidades de licenciandos e profissionais de biologia. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências.** Belo Horizonte, v. 25, p. e38551, 13 mar. 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/epec/a/dS453CWVccJLy7GBQd69vSf/?lang=pt&format=pdf.>>>. Acesso em: 3 jun. 2023.
- SANTOS, J. R. o “cis” nas pesquisas sobre educação. 2018. **4º Seminário Internacional: Desfazendo Gênero.** Campina Grande: Editora Realize, 2019. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/64183>>. Acesso em: 3 jun. 2023.